

Micropolíticas: devir, cooperação dissonante e experiência pura

Alexandre Rocha da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1194-6438>

Mario Alberto Pires de Arruda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1455-7224>

André Corrêa da Silva de Araujo

Associação de Práticas e Pesquisas em Humanidades, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3579-2963>

Caio Ramos da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Núcleo de Produção Multimídia para a Educação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9918-2569>

Cássio de Borba Lucas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1642-8274>

Demétrio Rocha Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0762-8469>

Francisco Menegat

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3724-4853>

Giovanna Colling

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8690-6759>

Guilherme da Luz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0493-8755>

Jacqueline Kneipp Dal Bosco

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8459-1543>

João Fabrício Flores da Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3347-0872>

Lennon Pereira Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3686-0550>

Luis Felipe Silveira de Abreu

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2460-5165>

Luiza Müller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3397-7091>

Márcio Telles

Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-graduação stricto sensu em Comunicação e Linguagens, Curitiba, PR, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3968-0739>

Taís Severo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3146-3051>

Alessandra Pereira Werlang

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5035-8623>

Resumo

O artigo traça um percurso de definição do conceito de micropolítica em uma visada singular da Semiótica Crítica. Busca suplementos nas teorizações de Deleuze e Guattari para pensá-la enquanto força subjacente a alianças que produzem zonas de devir. Em relação às proposições de Rolnik e Guattari, projeta a compreensão da micropolítica enquanto processo de cooperação dissonante entre sujeitos posicionados em subjetividades distintas, processo que faz esses modelos existenciais

desterritorializarem-se. Já considerando as características fenomênicas desse processo, recorre ao pensamento de James e de Lapoujade para compreender que a micropolítica é produzida e intensificada a partir do que esses filósofos chamaram de experiência pura.

Palavras-chave

Micropolítica; Experiência pura; Semiótica crítica; Comunicação

1 Introdução

Micropolítica é caso de devir. Uma situação de comunicação que acomete seus elementos de intensas forças de transformação. Cena abastecida por forças tão intensas quanto pouco notáveis para perspectivas habituais, a micropolítica é agenciada por forças de comunicação que são tão mais fortes quanto mais impossíveis de se manterem, tendo em vista os regimes significantes dos quais os termos colocados em relação fazem parte. A micropolítica faz seus elementos escaparem da dimensão representativa dos modelos de existência, ao mesmo tempo em que devêm novos modelos.

Com essas definições gerais que provocam o campo da comunicação, a seguir se desenvolve uma descrição específica da micropolítica em diferentes autores. A partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012c), a micropolítica é definida enquanto *aliança que gera uma zona de variação contínua dos elementos colocados em relação*. Trata-se, neste caso, de pensar como a micropolítica por um lado instaura um processo de produção sîgnica e, por outro, o impede de chegar ao final por concomitantemente ser subsidiada e subsidiar a vitalidade da situação. É também neste tópico em que se demonstra que as forças constituintes da micropolítica enquanto intensificação da vida podem, em outros arranjos, descambar em um nihilismo fascista.

Em um segundo momento, busca-se definir a micropolítica a partir das reflexões de Félix Guattari e Suely Rolnik em *Micropolítica - Cartografias do desejo* (1996). Nesse livro, os modelos existenciais são tematizados enquanto subjetividades e a micropolítica é considerada tendo em vista um conjunto de preocupações identitárias da época (causa negra, causa feminista, causa trabalhadora e outras). Trata-se de uma perspectiva acerca da micropolítica que busca uma via de ação que desvincule a produção de subjetividades dos domínios capitalísticos, sem recair na produção de diferença que destrói a consistência de vida ou os direitos adquiridos por identidades minoritárias. A partir dos desenvolvimentos

propostos no livro, neste artigo é extraída criativamente uma definição de micropolítica enquanto *cooperação dissonante, uma ação em que as pessoas envolvidas tanto transformam suas subjetividades quanto mantém sua consistência interna*.

Por fim, pensa-se criticamente a micropolítica a partir das discussões semióticas de William James (2010; 2006) e suas leituras por David Lapoujade (2017b). Se na primeira definição há o compromisso de estabelecer o estatuto da micropolítica e na segunda descrever uma proposta de aplicação específica dela no seio social, nesse terceiro momento o objetivo é descrever o fenômeno micropolítico, ou melhor, a experiência micropolítica em termos semióticos. Desse modo, define-se a micropolítica a partir da *experiência pura, onde sujeito e objeto são ainda indiscerníveis*.

Esse percurso está em continuidade aos objetivos e à perspectiva do projeto da Semiótica Crítica. Em um conjunto de textos já publicados anteriormente (SILVA; ARAUJO, 2015; ABREU; SILVA, 2019; LUCAS; SILVA, 2019; PEREIRA; SILVA, 2020), este projeto não deixa de reconhecer a importância da descrição das regras estruturais e dos quadros de referência que agem intensivamente sobre diferentes linguagens, mas tem como proeminente foco a investigação dos maquinismos que mantêm tais regularidades e codificações em movimento. Em uma perspectiva ampla, a Semiótica Crítica busca descrever as condições que agenciam a transformação e a criação das regras de significação por diversas vias (que vão desde a observação de como agenciamentos de corpos, instituições e tecnologias relacionam-se com o desenvolvimento das linguagens, até como domínios expressivos tais como as artes, o cinema e a música são capazes de instaurar relações linguísticas que extrapolam as regras significacionais estabilizadas). A Semiótica Crítica, portanto, interessa-se pelo desenvolvimento de uma leitura semiótica da micropolítica na medida em que esta última opera intensas relações assignificantes entre seus elementos constituintes, agenciando movimentações no interior de distintas linguagens. Ao analisar esse tipo de situação, o projeto entrevê como resultados a emergência de uma visada que conceitua a comunicação não como um processo de transmissão exclusivamente, mas também como um processo que instaura produções diversas.

2 Platôs de micropolítica (Deleuze e Guattari)

Na obra conjunta de Deleuze e Guattari, descobrimos várias indicações para uma formulação das ideias de micro e macropolítica, principalmente em *Mil platôs* (DELEUZE;

GUATTARI, 2012d). Visto que não é apresentada uma definição filosoficamente tradicional e explícita desse par conceitual, cabe a este artigo assinalar as relações no interior das quais ele é retomado.

A micropolítica será tratada, aqui, através de espécies de temáticas ou de interfaces. Em primeiro lugar, veremos a relação entre micropolítica e devir, que incorpora também o par conceitual maioria-minoria. Em seguida, abordaremos a consideração micropolítica da linguística. Também retomaremos a distinção e as relações entre micro e macropolítica para, em seguida, colocar em foco a noção de micropolítica em relação a questões mais clássicas do pensamento político: a questão da definição da sociedade pela micropolítica (indissociável das linhas-de-fuga) e, por fim, a relação da micropolítica com o fascismo.

Em Deleuze e Guattari, podemos subentender uma forte crítica direcionada à filosofia ocidental. A tradição filosófica teria uma preferência pelo verbo 'ser', obliterando o verbo 'devir'. Já para o par de autores, uma filosofia do ser será frontalmente ontológica: questionadora da essência, da origem ou da constituição das coisas enquanto tais.

Os autores chegam a assinalar (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 45) esta assimetria por meio de uma sagaz oposição lexical: o "é" contra o "e" (*est* e *et*, que em francês têm pronúncia ainda mais próxima). Enquanto que para o cânone do conhecimento ontológico ocidental importava considerar o que são os elementos constitutivos da realidade, Deleuze e Guattari vão ressaltar o com-o-quê estes elementos se tornam o que são. Há uma espécie de inversão: não são as contingências que acometem o ser, que tem sua natureza perturbada por elas. São os movimentos e fluxos que, digamos, decaem em ser, são cristalizados como algo que simplesmente é e, aparentemente, não mais devêm.

Estas realidades ontológicas do ser acabam sendo justamente o que uma política das maiorias vem a estabelecer como elementos pertinentes. Não há política das pessoas, da perspectiva desta crítica, mas de partidos e representantes. 'Nossas opções são estas!' é o que parece dizer todo pleito eleitoral no seio da chamada democracia representativa. E o programa binário da urna elimina, com isso, todo movimento que levou ao estabelecimento das opções, toda multiplicidade que constitui cada sujeito, todos os efeitos não-binários que cada mandato efetivamente terá.

A questão verdadeiramente política está, ao contrário, para Deleuze e Guattari, não na opção por um ou outro caminho maior, mas pela descoberta das vias menores de ruptura e criação de alternativas. Porém, essa via deve ser encontrada à força de experimentação, como insiste Preciado (2018). Uma experimentação não de algo como tal (ser), um objeto de que se

poderia desfrutar, mas sim de uma transformação (devir) que nos arrebatava pelo acoplamento com potências outras.

Devir minoritário[, portanto,] é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa. É o contrário da macropolítica, e até da História, onde se trata de saber sobretudo como se vai conquistar ou obter uma maioria. (DELEUZE; GUATTARI, 2012d, p. 93-94).

Em outros termos, o devir é ao mesmo tempo revolucionário e despretensioso. É revolucionário na medida em que se estabelece enquanto processo de variação no qual não se pode prever os resultados, sendo fortemente não histórico por não recuperar ou imitar o passado, não progredir ou regredir segundo a história das identidades disponíveis. É despretensioso porque não produz outra coisa senão ele próprio. Não tem mania de grandeza, mas opera a mais intensa esquizofrenia enquanto processo de variação de todos seus termos envolvidos. Isso porque não se pode falar, por exemplo, de um devir-mulher sem ter um termo que devém mulher e um modo mulher sendo colocados em variação ao mesmo tempo.

É desse modo que ao devir subjaz uma aliança de variação mútua que torna indiscerníveis os termos colocados em relação. Por exemplo, o devir animal: quando alguma expressão torna indiscernível a origem, os limites, a essência de humanos e de animais ao mesmo tempo, é instaurado um devir tanto do humano em animal quanto do animal em humano, ou ainda em outra coisa. O que se quer dizer com isso é que a indiscernibilidade própria do devir em processo apenas sugere e correlaciona termos, os quais variam devido a este caráter potencial e relacional.

A aliança que faz devir, portanto, instaura uma espécie de zona de variação contínua - um platô. É desse modo que a micropolítica e o devir são conceitos vizinhos: *esta aliança de transformação mútua é o que se pode chamar de micropolítica*.

Essa primazia do devir como característica central da micropolítica é retomada sob outra forma na crítica que os filósofos empreendem sobre a linguística. Peça-chave para o desenvolvimento do pensamento como um todo no século XX ocidental – desde, ao menos, Saussure e o investimento do estruturalismo em diversas áreas como a antropologia e a psicanálise –, a linguística, para os autores, também parece sofrer da mania de maioria. Nela, tratava-se de verificar as regras da língua, que admite variáveis da fala até determinado ponto – a partir do qual se prevê o erro. É na contramão desse balizamento de modelos

(sempre ligados a maiorias) que Deleuze e Guattari (2003) vão acenar para uma literatura menor em Kafka, estrangeiro na própria língua: não uma literatura do erro, mas da variação micropolítica das invariáveis.

Na lingüística, mesmo quando se pretende ater-se ao explícito e nada supor da língua, acaba-se permanecendo no interior das esferas de um discurso que implica ainda modos de agenciamento e tipos de poder sociais particulares. A gramaticalidade de Chomsky, o símbolo categorial S que domina todas as frases, é antes de tudo um marcador de poder antes de ser um marcador sintático: você constituirá frases gramaticalmente corretas, você dividirá cada enunciado em sintagma nominal e sintagma verbal (primeira dicotomia...). Não se criticarão tais modelos lingüísticos por serem demasiado abstratos, mas, ao contrário, por não sê-lo bastante, por não atingir a *máquina abstrata* que opera a conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados, com agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica do campo social. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 23).

Aqui intervém, também, a noção de rizoma: uma língua maior não é senão a tomada de poder no interior de uma multiplicidade de dialetos, tomada que se enraíza, se estabiliza em uma região ou comunidade específica (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 23). Esse enraizamento arborescente se opõe à capacidade rizomática de conexão não hierárquica, horizontal. Uma micropolítica da língua pressupõe, portanto, também uma inversão do pensamento mais habitual: a variação antes das variáveis; a política como presença pungente na linguagem e não como resultante democrática desta.

Embora saibamos que a micropolítica se distingue da macropolítica pelo fato de que esta última é questão de identidades estabilizadas (ser) enquanto aquela se pauta pela transformação (devir), é necessário, a esta altura, estabelecer com mais clareza o estatuto dessa distinção. Não se trata de uma dicotomia polar e simétrica entre termos fundamentalmente diferentes e que não se confundem.

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra [...] sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 99).

Há, pois, passagens e interferências da micro à macropolítica e vice-versa, embora esta imponha uma organização de tipo “arborescente” enquanto aquela faz rizoma. Neste sentido, a micropolítica pode também ser caracterizada pela importância do ‘entre’. Pense-se na distinção entre os dois gêneros ou sexos: é entre mulher e homem que correm mil pequenos sexos como potências de extrapolação dos binarismos (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 99). Binarismos indissociáveis – eis o ponto fundamental – de uma multiplicidade das variáveis que é sua condição de possibilidade. Para a constituição de uma macropolítica, é necessário um reemergir de um mergulho constituinte na micropolítica. O macro se banha no micro (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 106).

Essa visada – diríamos que revolucionária e ainda em vias de impactar o pensamento contemporâneo – distingue não entre direita e esquerda, mas entre maior e menor, entre institucionalidade e fluxo de reestruturação. Com isso, reinsere a política no fazer e na identidade mais cotidianos e “inocentes”. Tal visada, ainda assim, não exclui uma consideração micropolítica de questões mais tradicionais da filosofia política.

A começar pela sociedade – Deleuze e Guattari não aceitarão os esquemas de apreensão do social mais clássicos, seja pela noção de identidade nacional, seja a partir de grandes fatos sociais, ou ainda pelos meios de produção que determinariam suas condições materiais e possibilidades superestruturais –, pois a micropolítica considera um centro de poder menos pelo conjunto de suas possibilidades institucionalmente previstas e mais pelo que lhe escapa, pelo que está em vias de se desfazer e refazer (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 105). A vanguarda da literatura explora esses limites no interior do sistema literário em uma micropolítica da língua; a vanguarda dos modos de vida os experimenta nos limites e ‘entres’ dos hábitos sociais institucionalizados, pois é a variação inaugurada por essas linhas que os fundamenta. Existe ainda outra inversão, pois: considerar um sistema não pelo que ele pode, mas por sua potência (por suas “pontas”) de desterritorialização.

Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação: aquilo que se atribui a uma “evolução dos costumes”, os jovens, as mulheres, os loucos, etc. Maio de 68 na França era molecular, e suas condições ainda mais imperceptíveis do ponto de vista da macropolítica. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 103)

Não se trata, contudo, de compreender daí um elogio do desregramento em oposição a tudo que se impõe como modelos balizadores. O pensamento político de Deleuze e Guattari

não é relativista nem pós-moderno; não é um louvor da micropolítica como boa, da macro como má.

Veja-se o caso do fascismo. Deleuze e Guattari nunca assumem que o micro é o democrático e o macro, o fascistoide. “O primeiro erro é axiológico e acredita que o molecular, por ser mais flexível, é melhor que o molar. O exemplo do fascismo retorna para demonstrar que certa micropolítica pode ser até mais nociva” (FERREIRA NETO, 2015, p. 401). Isso porque há necessidade, para os fascismos explorados pelos autores (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 101), não somente de uma máquina política fortemente centralizada, como se supõe geralmente, mas também da atuação proliferante de “microfascismos” de toda espécie, “penetrando todas as células da sociedade”, micro-organizações que fluem em nível molecular, como numa doença, numa metástase do corpo social. “[F]ascismo de bando, de gangue, de seita, de família, da aldeia, de bairro, de carro e que não poupa ninguém” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 101).

Assim, o fascismo é tanto mais perigoso porque não se apodera, simplesmente, de um poder já disponível; mas porque incide sobre a própria produção de sujeitos sob sua égide, em uma micropolítica que pode ser psíquica, linguageira, social. O fascismo tem embutida uma máquina de variação contínua que tanto destrói quanto faz aparecer subjetividades que têm como dispositivo agenciador o desejo de destruição.

Trata-se, portanto, em face do estatuto de íntima relação ou “dependência recíproca” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 99) entre as duas dimensões, de compreender e combater nas duas frentes: comunicação micro e macro, molecular e molar, menor e maior.

3 Cooperação dissonante (Guattari e Rolink)

Em continuidade às problemáticas expressas até aqui, a definição de micropolítica presente no livro *Micropolítica - cartografias do desejo* (GUATTARI; ROLNIK, 1996) se relaciona com o desenvolvimento de uma perspectiva que discute a política a partir da substituição da *ideologia* como centro organizador da estruturação político-capitalística, para colocar em seu lugar o trânsito entre os conceitos de subjetividade e singularidade. Essas dimensões são também frentes de problematização da própria noção de sujeito. Atravessam-no o tempo todo, ora dando a ver indivíduos bem-acabados, com suas identidades molares, ora desterritorializando-os em linhas de fuga moleculares. Daí a crítica à noção de ideologia e a preeminência da produção de subjetividade sobre o assim-chamado sujeito.

A perspectiva em questão se desenvolve a partir da constatação de que por volta dos anos 1980 a produção de subjetividade deixa de ser encarada apenas como um efeito da superestrutura para se tornar matéria-prima do capitalismo. Ao mesmo tempo em que a subjetividade se liberta das amarras das sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992), ela passa a ser modulada pelo capitalismo como forma infraestrutural, característica do que Deleuze (1992) chamou de sociedade de controle. O efeito disso é que o próprio sistema de gerenciamento de corpos muda ele não mais pune, mas passa a controlar os indivíduos de dentro dos corpos.

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 34).

A subjetividade, portanto, não é encarada como a expressão de uma individualidade, mas, pelo contrário, “[...] é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 32). Ela não é individual, apesar de poder vir a se individuar. A subjetividade é uma posição a ser ocupada pelos corpos, que agirão de acordo com essa posição, a partir de seus códigos de conduta específicos. A subjetividade, hoje, é uma perspectiva que é o efeito de uma vida inserida em um ecossistema capitalístico: “Não temos uma perspectiva sobre o mundo, pelo contrário, é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas” (LAPOUJADE, 2017a, p. 47).

Essa transformação estrutural observada por Guattari e Rolnik (1996) vai na direção de evidenciar que a produção de subjetividade não consiste unicamente “[...] numa produção de poder para controlar as relações sociais e as relações de poder. *A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção*” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 28). A problemática do poder se situa em um nível mais abstrato do que o da representação, passando a se situar no âmbito da produção semiótica, ou seja, um modelo (uma subjetividade) é um efeito de produção.

Posto isso, a luta política se dá no nível da produção, da semiotização econômica, comercial, industrial, etc. As mudanças sociais – revolucionárias ou fascistas – seriam concernentes à produção de subjetividade.

Em *Micropolítica – cartografias do desejo*, Guattari e Rolnik (1996) conferem um caráter revolucionário e declaradamente utópico ao processo de produção subjetiva, ainda que mantenham clara sua perspectiva de que esse processo de produção seja recorrente no capitalismo contemporâneo. Para compreender essa perspectiva vale lembrar que o livro é fruto de uma turnê bastante extensa de palestras, encontros e conversas informais que a dupla fez pelo Brasil em comitês políticos, centros psiquiátricos e locais de reuniões de movimentos sociais. É como se repetissem com entusiasmo o modo de ação política de grupos franceses revolucionários de outrora: davam as armas do capitalismo contemporâneo para os movimentos sociais lutarem com poderio de igualdade.

Assim, para demarcar a torção dos processos de produção de subjetividades em processos revolucionários que funcionem como recusas dos modos de conduta codificados pelo capitalismo, Guattari e Rolnik (1996) desenvolvem o conceito de *processo de singularização*. Esse processo é uma possibilidade de “[...] singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17).

Nesses termos, o processo de singularização carrega em si um compromisso político tanto com a afetividade vitalícia quanto com a transformação. Se há algum engajamento nesse tipo de processo é com o desenvolvido afetivo da vida e com a variação em prol de uma grande saúde social. Assim, o processo de singularização está intimamente relacionado com processos de variação contínua, com alianças que fazem devir, mas toma o cuidado de justamente não deixar com que nem as lógicas capitalísticas e nem o buraco negro da variação infinita e destrutiva do fascismo sejam os dispositivos organizadores deste processo.

Cabe salientar que “[...] a subjetividade coletiva não é resultante de uma somatória de subjetividades individuais. O processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 37). Por isso, a singularização é um processo de heterogênese, uma criação que se dá pelo encontro das diferenças, que se potencializam e passam a constituir uma referência para os seres se acoplarem, posteriormente. Nesse sentido, a singularização é automodeladora: capta os elementos da situação e, assim, constitui seus próprios sistemas de referência, sem ficar numa posição de subordinação a um poder centralizado.

Ainda que exista essa diferença entre singularização e subjetivação, é preciso atentar que mesmo os processos de singularização

[...] estão sempre correndo o risco de serem recuperados, tanto por uma institucionalização, quanto por um devir grupelho. Pode acontecer, por exemplo, de um processo de singularização ter uma perspectiva ativa a nível do agenciamento e, simultaneamente, a esse mesmo nível, fechar-se em gueto (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 53).

De certo modo, singularização e subjetivação são partes de um mesmo processo contínuo, no qual o caos sempre está em vias de ser modelizado e o modelo em vias de mudar. A questão micropolítica surge justamente desse movimento: se trata ora da intensificação do movimento, ora de seu abrandamento, na medida em que favorece o que se pode chamar de uma espécie de *cooperação dissonante* entre grupos associados a subjetividades distintas.

Antes de levar adiante essa concepção, valeria pontuar como uma subjetividade opera tanto uma força de atração de corpos que se associam a ela quanto traça uma barreira de separação para com os corpos que diferem de seus critérios modelizantes. Os semelhantes ficam unidos por semelhanças perspectivistas, enquanto estão apartados dos corpos associados a outras subjetividades ou corpos que estão em fronteiras de sentido – como é o caso dos corpos desviantes e minoritários que ainda não assumiram uma identidade bem aceita no seio social. Desse modo, a questão problemática de um capitalismo regido pela modulação subjetiva é a sua constante separação em guetos identitários ou bolhas sociais agenciadas por algoritmos nas redes sociais, por exemplo. No entanto, a micropolítica não deve ser encarada como um simples ato de desmantelamento das subjetividades – é preciso lembrar como em tempos sombrios a política identitária se insurge como uma marca de resistência e de sobrevivência.

Diante disso, a micropolítica pode ser compreendida como um processo relacionado à intensificação do potencial de conexão entre grupos referencialmente distintos. Tem como uma de suas características a “[...] de nunca usar um só modo de referência” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 132), ou seja, é disparada por agenciamentos que tomam parte em mais de um grupo de sentido, em mais de um código cultural – em mais de uma subjetividade –, ao mesmo tempo. Trata-se de um processo que se intensifica na medida em que se aproxima de sua impossibilidade de continuar – se intensifica na medida em que coloca em evidência as

contradições das relações estabelecidas, as disparidades dos sistemas envolvidos e suas dificuldades de tradução.

A micropolítica é o desenvolvimento de uma ética da intensidade de forças paradoxais. Situa-se exatamente no limite da relação entre elementos tão distintos quanto contraditórios, mas que pela força do acontecimento tomaram parte em um mesmo grupo momentaneamente. Situa-se na fragilidade da relação que está prestes a se desfazer devido à diversidade de elementos. É a insistência em encontrar uma intensidade pela qual um agenciamento nem anule a heterogeneidade dos modos de referência dos seus elementos, nem os faça constituir guetos segregados.

A micropolítica alarga o limite da relação significativa através da coexistência de uma multiplicidade de modos de referências distintos. É uma *cooperação dissonante* por, ela mesma, agir paradoxalmente – onde há acordo, a micropolítica busca demonstrar linhas de fuga. É também *dissenso consonante*, pois onde há apenas largas distâncias semióticas, busca fazer conexões que estão além e aquém do sentido já posto. Seu acontecimento tem como vetor as ligações assignificantes que colocam em evidência a dureza do universo de referência de cada um dos grupos envolvidos, abrindo margem para semioses de produção de novos códigos que sirvam como agentes de intensificação da diferença em dosagens que não funcionem necessariamente como chacais das forças de coalizão já existentes.

Dessa forma, a cooperação dissonante é o malabarismo a partir do qual se desenvolve a micropolítica. Trata-se de uma experiência bastante singular, que dura tanto quanto resistirem os seus problemas internos, ou seja, enquanto seus problemas não forem resolvidos em novos termos. Assim, a micropolítica se expressa enquanto experiência de planificação dos termos colocados em relação, onde os elementos ainda não assumiram posição definitiva, onde sequer há bem delimitadas as posições de sujeito e objeto no acontecimento.

4 Experiência pura como produção e intensificação da micropolítica (James por Lapoujade)

Ao observar que a micropolítica é uma aliança que provoca devires através da cooperação dissonante, abre-se o horizonte de descrevê-la enquanto fenômeno. Desse modo, a seguir, o traçado teórico que vagueou até aqui toma as vias de dar uma definição de micropolítica atrelada ao conceito de *experiência pura* de William James (1904).

Vale salientar que esse objetivo específico não parte da consideração de que James teria uma teoria política similar à de Deleuze e Guattari. Sabe-se, inclusive, que o pensamento de James foi interpretado como um pragmatismo que poderia justificar a naturalização dos procedimentos liberais das sociedades capitalistas. No entanto, seguindo os passos da leitura da obra jamesiana feita por David Lapoujade (2017b) compreendemos que a noção de experiência pura não é redutível a um sujeito, mas, antes, é sua condição. A partir dessa teoria, então, mais do que os sujeitos, mas também os objetos, as matérias, as subjetividades e o próprio pensamento não são dados *a priori*. Eles são efeitos, produtos da experiência.

Dado este pequeno detalhe da teoria de James encontrado por Lapoujade (2017b), pode-se constituir um modo de pensar por dentro da teoria jamesiana que dá a ver uma possível micropolítica da experiência, deslocando aquilo que o próprio James enunciou como a esfera da política e colocando-a em outro lugar. Ressalvas feitas, chega-se à experiência.

Segundo Lapoujade (2017b), William James (1904) elabora um conceito de experiência pura onde são assim chamados todos aqueles estados sem consciência. São como as sensações do recém-nascido, as sensações de um corpo que vive algo pela primeira vez, mas também podem ser alucinações, pois são estados “[...] em que as distinções ainda não foram feitas ou que deixaram de existir” (LAPOUJADE, 2017b, p. 23). O problema, em James, consiste em instaurar um plano de experiência pura que não se reduzisse nem a uma pura matéria sensitiva, nem que fosse constituída por formas de uma subjetividade pura. Para isso, segundo Lapoujade (2017b), James considera a experiência pura como a emergência de um *plano de construção*, no qual nada está pronto e acabado, mas que serve como zona de produção do devir.

Tal como demonstra David Lapoujade em *William James, A construção da experiência* (2017b), a apreensão da experiência pura se dá no entre da emergência de uma sensação em uma matéria e de sua experimentação por um ente exterior. Desse modo, a experiência pura não se trata de uma zona *a priori* que se pode acessar, mas de um fenômeno que *acontece*, sendo ela própria produzida pela observação.

Lapoujade (2017b) observa que a partir do momento em que vincula a experiência pura ao acontecimento, James estaria desenvolvendo uma perspectiva com a qual nada será admitido como fato senão naquilo que pode ser experienciado num tempo definido por algum *ente* que tem a experiência. “Se anteriormente a experiência pura se manifestava, por assim dizer, local e pontualmente através de certos interstícios que deixavam passar um vislumbre de caos liberado pela matéria das sensações (vertigens do desmaio ou anestesia)”

(LAPOUJADE, 2017b, p. 26), posteriormente, James passa das forças da matéria ao que ficou conhecido como pragmatismo.

Por um lado, ele vê a importância dos materiais, suas forças e potências próprias e, por outro, a importância das relações exteriores enquanto constituintes dos materiais. A experiência pura, para os empiristas, é o mundo material não qualificado, “[...] um fluxo de vida imediato” (LAPOUJADE, 2017b, p. 29). A contribuição de James em relação a isso é que esse fluxo de vida imediato seria também abastecido pela experimentação material, ou seja, pela semiose.

Cabe-nos salientar, sob este aspecto, a importância dos materiais neste plano de experiência pura, pois, em James, o material é o estado do verdadeiro no mundo, é apenas a ele que se garante o *status* de existente. O material é “[...] alguma coisa da qual tudo se compõe” (LAPOUJADE, 2017b, p. 28). A *experiência pura* refere-se justamente a este estado: o puro, quer dizer o empírico, o “dado puro”, conforme observou Deleuze (2012), no livro sobre Hume. É por este motivo que Deleuze (2012, p. 99) dispõe o sujeito como a mediação do plano de experiência quando diz que “crer e inventar” é “o que faz o sujeito como sujeito”. Isso se dá porque, em Hume, é do dado que se infere algo que não está dado, portanto, algo em que se crê. O dado é, portanto, em si, existe em um mundo onde não aparecem ainda nem sujeito nem objeto. É desse modo que a experiência pura é a expressão máxima do empirismo radical, pois evidencia o conjunto de tudo aquilo que se encontra em relação com outra coisa sem que exista uma consciência dessa relação. Não se trata, portanto, de um incognoscível, trata-se, antes, de instaurar um ponto de vista sobre algo, fazer de algo uma experiência.

James faz uso de um tipo de experiência pura chamada por ele de *monismo vago*, uma experiência sem ego, onde descreve um plano percorrido por relações. Trata-se de um campo de experiências cruzadas, compostas pelas relações que se produzem nos encontros. Em *Di Cavalcanti*, um filme-ensaio em curta-metragem de 1977 que acompanha o velório do pintor Emiliano Di Cavalcanti, é possível enxergarmos essa alternância entre perceptos que funcionam segundo um jogo combinatório de complementaridade. Di era o pintor das cores vibrantes, assim, Glauber quer compor um retrato morto de Di a partir das matérias disponíveis, fragmentos de suas obras, de seu corpo, da própria matéria fílmica, fazendo-as soar segundo um jogo de relações improváveis e imprevisíveis.

Ali, Glauber Rocha cita Di Cavalcanti em vultos da própria obra, enquanto a câmera desfaz a solidez dos quadros e remonta um Di ao mesmo tempo anterior (enquanto matéria de expressão pictórica) e posterior (já póstumo, como corpo morto); neste ponto, as unidades

experenciais são os materiais que trabalham como um retalho de relações, fragmentos de experiências, como “um tecido composto de retalhos” (LAPOUJADE, 2017b, p. 28).

Nesse sentido, a experiência pura é um meio pelo qual se ultrapassam as visibilidades e as formas preexistentes, abrindo-se uma nova perspectiva. Isso se dá devido a um encontro a partir do qual explode um acontecimento que instaura um momento de indecidibilidade sobre seus termos e seu sentido. Chegar no puro é chegar no indefinido, o momento em que não se distinguem sujeito e objeto, quando um humano é perspectivado por um afeto musical, quando na música há uma frequência que torna humano e animal indiscerníveis.

Para James (2010; 2006; 1904), a experiência pura é aquela que é apreendida do ponto de vista do acontecimento. Uma redução existencial, uma involução dos elementos que participam do fenômeno. Desenvolve-se a partir do desejo do próprio acontecimento, deixando as vontades individuais para outros momentos. É a experiência que coloca em intensa continuidade todos os corpos envolvidos.

O momento da experiência pura é quando eclode um conjunto de acontecimentos indivisíveis, mas cujas repercussões possam posteriormente se dividir. É como sentir o todo ainda que a partir de um mero acontecimento cotidiano, como esbarrar em uma pessoa desconhecida. E é por isso uma experiência estética, sugestiva, que produz efeitos imprevisíveis.

O acontecimento surge da mistura de elementos distintos, mas a experiência pura do acontecimento se dá num instante anterior à chegada tanto do sujeito quanto do objeto. Assim, toda experiência é pura, mas apenas na sua ponta neutra do presente. *A experiência pura é, portanto, o momento em que é experienciada paradoxalmente uma pluralidade infinita, diferenciação absoluta, e uma indiscernibilidade geral dos elementos da situação.*

A experiência pura, por provocar um momento de indecidibilidade, evoca um problema de sentido, um problema de cognição. Se há um choque anterior à distinção sujeito-objeto, há também uma dimensão problemática da experiência pura em relação às subjetividades: ela é um choque para a subjetividade em que estamos inseridos, uma interferência exterior violenta. Dada a impossibilidade de conceber tal momento a partir da perspectiva subjetiva em que o sujeito está inserido, instaura-se uma semiose que busca formar um sentido do não-sentido, visando codificar o acontecimento por mais estranho que ele possa parecer. É por isso que o choque agenciado pela experiência pura nunca vem só: quando atinge uma subjetividade e ela precisa ser reajustada, é possível que todo o sistema em que ela está inserida venha a sofrer choques e se transformar, mesmo que minimamente.

“Só depois, na medida em que os choques se multiplicam e os signos se desenvolvem pouco a pouco, é que progressivamente se forma um contexto, no interior do qual nossas crenças vêm se inscrever e através do qual elas são determinadas” (LAPOUJADE, 2017b, p. 40).

O surgimento do contexto e a criação de novas crenças se expressam como invenções. Invenções de subjetividade, invenções de perspectiva. Em James, essas subjetividades são agenciadas por processos acontecimentais e resultantes de uma vasta heterogeneidade.

Dessa reflexão se pode extrair que a experiência pura tenha uma relação próxima com o fenômeno micropolítico. Viu-se a partir de Deleuze e Guattari (2012d) e de Guattari conjuntamente com Rolnik (1996) alguns indícios das características da micropolítica. O deslizamento de modelos e de subjetividades e a indiscernibilidade entre os elementos colocados em relação remete um modo de experiência fenomênica cuja especificidade reside na apreensão sensível do mundo, aquém das crenças e hábitos. Viu-se também que a micropolítica tem como efeito o aparecimento de novos modelos existenciais, ou seja, novas subjetividades. Uma das expressões fenomênicas basílicas da micropolítica seria, então, a experiência pura relatada por James (1904; 2010; 2006) e por Lapoujade (2017b).

Além disso, esta tese se torna possível de ser enunciada na medida em que a experiência pura recorre tanto a um momento de encontro entre elementos de diferentes domínios expressivos quanto cria uma espécie de zona autônoma em que coloca estes elementos em variação, fazendo-os se afetarem aquém e além de seus hábitos constituídos.

Portanto, do ponto de vista da micropolítica, se poderia enunciar o seguinte: *a experiência pura é um processo de produção e intensificação da micropolítica*. Em outros termos, a experiência pura é instaurada por algum acontecimento que abastece a si próprio, produzindo um universo de referência próprio que tem como efeito a instauração de uma semiose micropolítica.

5 Considerações finais

A reflexão desenvolvida neste artigo é fruto de um trabalho coletivo intenso nos últimos anos e carrega forças de acontecimentos diversos. Seria o texto que buscava sintetizar um conjunto de discussões durante o período de realização do projeto de pesquisa *Semiótica crítica e as micropolíticas pós-humanas da comunicação*. Seria. Pois, pela força do acontecimento, Alexandre segue apenas como uma força de pensamento entre nós. Devido a isso, o texto tem em sua forma características de artigo científico e de ensaio. Algumas

questões ainda ficaram por serem discutidas. Mas, diante da impossibilidade da interlocução, decidiu-se tornar públicos os desenvolvimentos realizados até aqui, para que possam ser discutidos, corrigidos e levados adiante através da inquirição da comunidade científica, como sempre defendeu Alexandre. Aquém disso, por ora se oferecem algumas considerações finais que servem de pontes latentes para futuros pensamentos.

A micropolítica inicialmente concebida por Deleuze e Guattari (2012d) não é uma ferramenta ideológica. Ela não serve para afirmar uma ou outra forma de prática ou organização social. Ela é uma espécie de aliança que tem efeitos imprevisíveis e incontroláveis. Apesar disso, foi pensada e atualizada por Guattari e Rolnik (1996) enquanto uma prática de transformação capaz de desvincular a produção de modelos de existência (subjetividades) dos fluxos capitalísticos e da diferença destrutiva. Para que isso fosse possível, houve a necessidade de se pensar uma espécie de cooperação dissonante entre sujeitos posicionados em subjetividades tão distintas quanto incompatíveis.

Já a contribuição deste artigo acerca da micropolítica da experiência pura chega, então, para pensar tanto o fenômeno de acontecimento da micropolítica quanto o seu modo de produção pela via da semiótica de James. Nesta etapa, a experiência pura é compreendida tanto como dispositivo instaurador quanto efeito da micropolítica. Em outros termos, considerou-se que é necessária à realização da micropolítica a emergência de experiências puras por estas terem a potencialidade de fazerem deslizar as posições de sujeito e objeto e os modelos de existência para constituírem uma zona de variação contínua destes elementos. Com isso, a política se torna indissociável da arte, das experimentações da linguagem e dos processos coletivos que frequentemente obliteramos no rumo da noção de um sujeito individual.

Para além disso, buscou-se efetuar uma espécie de micropolítica no interior deste texto. A ponte entre o bloco Deleuze, Guattari e Rolnik e o bloco William James não é de modo algum naturalizada ou de fácil construção. Esperou-se, apesar das diferenças expressas, encontrar algum vetor de cooperação entre estes blocos. Micropolítica conceitual, cooperação dissonante entre universos de referência distintos e o porvir.

Referências

- ABREU, Luis Felipe; SILVA, Alexandre Rocha da. Notas para uma micropolítica da língua: modelizações ideológicas nas semioses da linguagem. **Polifonia**, Cuaibá, v. 26, n. 41, p. 103-118, janeiro, 2019.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Vol 1**. São Paulo, SP: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Vol 2**. São Paulo, SP: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Vol 3**. São Paulo, SP: Editora 34, 2012c.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Vol 4**. São Paulo, SP: Editora 34, 2012d.
- FERREIRA NETO, João leite. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 297-406.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- JAMES, William. **A vontade de acreditar**. In: MURCHO, Desidério (org.). **A Ética da Crença**. Lisboa: Bizâncio, 2010.
- JAMES, William. **Pragmatismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- JAMES, William. Does 'Consciousness' Exist?. **Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods**, New York, v. 1, n. 18, p. 477-491, 1904.
- LAPOUJADE, David. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 edições, 2017a.
- LAPOUJADE, David. **Willian James**: a construção da experiência. São Paulo: n-1 edições, 2017b.
- LUCAS, Cássio de Borba; SILVA, Alexandre Rocha da. Kristeva e Butler: significância, performatividade e produção como parâmetros para uma semiótica crítica. **Galaxia**, São Paulo, n. 41, p. 89-100, maio, 2019.
- PEREIRA, Demétrio Rocha; SILVA, Alexandre Rocha da. Crítica e contágio: comunicação assignificante em Lazzarato e Preciado. **Matrizes**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 181-194, maio, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1, 2018.

SILVA, Alexandre Rocha da; ARAUJO, André Corrêa da Silva de. Semiótica crítica: materialidades, acontecimento e micropolíticas. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 132-145, 2015.

Micropolitics: becoming, dissonant cooperation and pure experience

Abstract

This article traces the definition of the concept of micropolitics in a singular perspective of Critical Semiotics. It seeks supplements in the theories of Deleuze and Guattari to think of it as an underlying force to alliances that produce zones of becoming. Regarding the propositions of Rolnik and Guattari, it proposes the understanding of micropolitics as a process of dissonant cooperation among subjects positioned in distinct subjectivities, a process that makes these existential models deterritorialize themselves. Concerning the phenomenal characteristics of this process, it uses the thought of James and Lapoujade to understand that micropolitics is produced and intensified based on what these thinkers called pure experience.

Keywords

Micropolitics; Pure experience; Critical semiotics; Communication

Autoria para correspondência

Mario Alberto Pires de Arruda
marioarruds@gmail.com

Como citar

SILVA, Alexandre Rocha da *et al.* Micropolíticas: devir, cooperação dissonante e experiência pura. **Intexto**, Porto Alegre, n. 54, e-120333, 2022. <http://doi.org/10.19132/1807-8583202254.120333>

Recebido em 26/11/2021

Aceito em 07/02/2022

Copyright (c) 2022 Alexandre Rocha da Silva, Mario Alberto Pires de Arruda, André Corrêa da Silva de Araujo, Caio Ramos da Silva, Cassio de Borba Lucas, Demétrio Rocha Pereira, Francisco Menegat, Giovana Colling, Guilherme da Luz, Jacqueline Kneipp Dal Bosco, João Fabrício Flores da Cunha, Lennon Pereira Macedo, Luis Felipe Silveira de Abreu, Luiza Müller, Márcio Telles, Tais Casagrande, Alessandra Pereira Werlang. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

